

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016:** *Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Hoje assinala-se o Dia Mundial do Coração e a Câmara Municipal uma vez mais em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia vai fazer um coração humano no Largo da República, em frente à Câmara Municipal. Há depois um conjunto de ações saudáveis para assinalarmos o Dia do Coração. Dizer-vos também que atendendo às acessibilidades que a nossa biblioteca municipal proporciona, acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada do ponto de vista do espaço público, nós decidimos hoje, antes da Assembleia Municipal, homenagear o atleta Abílio Valente, que conquistou a Medalha de Bronze nos Jogos Paraolímpicos. Dizer-vos também que amanhã, numa lógica de integração na nossa comunidade, vamos ter uma Noite de Fados, em frente à Câmara Municipal, para mostrarmos as potencialidades desse género musical, que é o fado, aos emigrantes que estão no nosso concelho. Também informar que amanhã, durante a manhã, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis vai assinar com o Governo, com o Senhor Ministro da Educação, o protocolo de financiamento da requalificação das escolas, no valor de três milhões de euros. Como sabem as escolas que entendemos englobar nesse pacote foi a Escola Dr. Ferreira da Silva, em Cucujães, um milhão e meio de euros, e a Escola Básica e Secundária de Fajões também com um milhão e meio de euros. Está agendada uma cerimónia amanhã, em Vila Nova Gaia, para se proceder à assinatura desses contratos. Queria também apresentar um voto de pesar pelo falecimento da*

mãe da nossa funcionária Isabel Bastos que nos acompanha aqui nas reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal, que infelizmente viveu momentos difíceis com o desaparecimento da Mãe. Acho que era importante que ficasse registado esse voto de pesar. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: Dar nota de que esta semana está a decorrer a Semana Internacional de Moldes em Oliveira de Azeméis. É uma semana que está a decorrer em simultâneo em Oliveira de Azeméis, Leiria e Marinha Grande. Hoje, vamos receber uma delegação de empresários e de autarcas do Japão, como sabem o Japão é o primeiro produtor de moldes do mundo e tiveram curiosidade e querem vir visitar as nossas empresas mais representativas dos moldes. Também vamos ter aqui durante o dia de hoje a presença do Reitor da Universidade do Minho também para visitar o sector dos moldes no nosso município. É um evento que nós realizamos em parceria com a CEFAMOL. Esta parceria proporciona um conhecimento contínuo, uma partilha do know-how, do conhecimento, neste sector virado muito para a inovação, para a especialização tecnológica. É um evento que permite a adesão das nossas principais empresas. Dizer-vos que este é um evento muito importante para Oliveira de Azeméis, a que a Câmara Municipal não podia deixar de se associar. A receção destes empresários japoneses também é um reconhecimento à excelência da produção de moldes feita aqui Made in Azeméis. Portanto, não podia deixar de salientar e de destacar este evento que se realiza em Oliveira de Azeméis durante esta semana. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Retomo um assunto que já não falo há imenso tempo, mas que se mantém exatamente igual e que tem a ver com o Café Arcádia. Vamos projetando ao longo destes dois mandatos obras para o mercado, vamos tentando ceder os espaços no sentido daquelas lojas deixarem de estar fechadas e atraírem pessoas e, portanto, penso que está mais do que na altura, aliás até peca pelo atraso, em pegar seriamente neste dossier e resolve-lo definitivamente, porque não faz sentido um espaço nobre daqueles manter-se fechado. É preciso sentarmo-nos à mesa, conversar com o inquilino e perceber de uma vez por todas o que se pretende para aquele espaço e torná-lo num polo de atração para esta zona da cidade. Há tempos, estive em discussão pública um projeto de requalificação do Largo da Igreja de Cucujães, saber se chegaram algumas propostas, se já há alguma ideia do que se pretende para o espaço. Relativamente a esta sinalética, que entretanto foi colocada na base da nova postura de trânsito, apesar de já ter passado por imensos sítios, ainda não o fiz com “olhos de ver”, mas como o faço muitas vezes em frente ao tribunal verifiquei que havia um sinal, colocado do lado do tribunal, a dizer obrigatório seguir em frente e agora apareceu exatamente no mesmo lugar, mas no sentido oposto, no outro passeio, um sinal a dizer obrigatório seguir em frente e obrigatório cortar à esquerda. Estes dois sinais não fazem sentido, podia ser aproveitado o local do sinal anterior para colocar agora a nova sinalética, não estorvar o passeio do outro lado que já é estreito por si próprio, que já impede a mobilidade dos peões com o novo sinal. Os dois sinais não fazem sentido, até parecem contraditórios, a localização devia-se manter do lado do tribunal, porque do outro lado o passeio é estreito. Por último, uma alusão à iniciativa do

Encontro das Bandas, recebi o convite mas não tive oportunidade de estar presente, porque já tinha coisas agendadas. Ouvi falar, pedi opiniões, foi dado o primeiro passo, foi uma proposta apresentada por nós há uns anos atrás, felicito a iniciativa de começarmos a dar passos importantes para que se promova este encontro. De qualquer forma, acho que até para os próprios músicos, não duvido da sua satisfação no final do dia, foi um convívio entre eles, mas conseguir-se reunir quatrocentos músicos para eles tocarem para eles próprios, acho que é pouco, acho que deve haver a ambição de na próxima edição se publicitar este evento de uma maneira conveniente para que haja público, porque não havia público neste encontro. As pessoas que lá estavam eram familiares, até basta olhar para o jornal e ver a forma como o pavilhão estava vazio. Esta é uma sugestão, acho que não houve publicitação, acho que as pessoas não souberam e acho que a possibilidade de juntar quatrocentos músicos com aquela qualidade de música, acho que se pode dar uma outra projeção, fazendo a publicitação do evento e trazer pessoas à cidade. Está a dado o primeiro passo, acho que foi uma boa iniciativa, acho que a podemos enriquecer, porque para qualquer músico também ter público é importante. É importante também cultivarmos o gosto que as pessoas têm pelas bandas e, portanto, acho que se podermos dar esse passo seria enriquecer a iniciativa. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Eu começava pela intervenção da Vereadora Dra. Ana de Jesus sobre o encontro de Bandas de Música do Município de Oliveira de Azeméis, concerto de domingo passado. Só pode falar quem não esteve presente, porque nós estivemos naquela tarde para cima de duas mil pessoas a assistir ao concerto. É verdade que as fotografias mostram a bancada do sentido contrário vazia, porque obviamente as Bandas estão formadas viradas para a bancada onde estão as pessoas e essa bancada estava completamente cheia. Para além disso, realizaram-se vários momentos do encontro de bandas e começou precisamente nas ruas pedonais, com o desfile, que começou às 09h. Foi um evento marcante, foi um evento histórico, foi um evento que deu o seu trabalho a ser preparado. É possível fazer melhor? Com certeza que sim. A publicidade deste evento foi através das redes sociais, do jornal local. Este concerto terminou com as bandas a tocar em uníssono duas peças musicais, uma das quais o Hino Nacional. Este momento foi talvez o que mais se tornou marcante e emocionante. Cumpriu-se o objetivo de reunir as seis bandas filarmónicas do município, promovendo o seu potencial artístico, aproximando os jovens músicos de cada uma das bandas e naturalmente a exibição das suas qualidades musicais sem a pretensão de haver competição. Este ano contou com a coorganização da Banda de Música do Pinheiro da Bemposta e também com a organização da Câmara Municipal. Ficou estabelecido que no próximo ano este evento terá lugar no dia 10 de junho, e passará a ser organizado da Banda mais antiga para a banda mais recente, ou seja, caberá à Banda de Música de S. Tiago de Riba-Ul, em conjunto com o Município, a organização do próximo concerto. Devemos dar-nos por muito satisfeitos pela forma como este evento decorreu, pelo impacto que teve junto da comunidade oliveirense. Gostava também de falar de um outro evento que ocorreu no sábado passado, que foi a celebração dos cinquenta anos da empresa Azemad. Foi um dia totalmente dedicado ao

conhecimento do universo desta empresa, para além da visita às instalações, divulgação da sua história e opções estratégicas orientadas para uma internacionalização cada vez mais maior e também para um convívio entre colaboradores, fornecedores e administração da empresa, havendo ainda lugar para a distinção dos trabalhadores mais antigos. A Azemad, foi fundada em 1966 na cidade de Oliveira de Azeméis. Hoje divide-se em três áreas de negócio distintas: mobiliário doméstico, mobiliário hoteleiro e fabrico de sticks para hóquei em patins. Está a apostar na internacionalização e os produtos da Azemad estão presentes em vários países do mundo. A Azemad comemorou cinquenta anos de existência, é uma empresa de referência em Oliveira de Azeméis, a que o município se associou na celebração das bodas de ouro. Falar ainda sobre o início das atividades letivas, que formalmente aconteceu no passado dia 15 de setembro. Porém, antes propriamente das aulas começarem foi necessário preparar um conjunto de medidas de modo a que tudo decorresse com a normalidade e tranquilidade desejadas. Procedeu-se à renovação e requalificação de vários edifícios escolares, sendo evidente que ao esforço financeiro despendido pelo município se juntaram parcerias nalguns casos as associações de pais e algumas juntas de freguesia. E quando assim acontece, mesmo não sendo a sua obrigação, assumimos estas entidades como parceiras neste esforço que anualmente temos vindo a desenvolver para requalificar o nosso parque escolar envelhecido e que carece de trabalhos continuados. Desta forma, tudo se torna mais fácil. Em alguns casos, as intervenções em alguns edifícios escolares tiveram de ser feitas com mais profundidade do que inicialmente tínhamos previsto. Destaco as intervenções nas escolas de Fajões, EBI de Casalmarinho e JI do Tapado; em S. Tiago de Riba-Ul, EBI do Outeiro e EBI da Ponte; em Ossela, na EBI de Selores; em Oliveira de Azeméis, na EBI da Feira dos Onze; em Loureiro, na EB da Alumieira; em Travanca, na EBI do Outeiro; em Palmaz, na EBI e ainda no Pinheiro da Bemposta, na EBI do Curval e de Areosa. No caso destas últimas, nós demos os materiais e a Junta de Freguesia disponibilizou a mão-de-obra. Ainda procedemos à requalificação da EB 2,3 de Loureiro, com a intervenção na sala de ensino especial. Ainda fizemos uma intervenção nas coberturas da EB 2,3 do Pinheiro da Bemposta, para colmatar as infiltrações que se faziam sentir. Procedeu-se ainda à recuperação de uma boa parte dos mobiliários das escolas: mesas, cadeiras e armários. Na preparação do ano letivo, para além de algumas medidas que constituiriam novidade, mantemos os serviços que já nos caracterizam e que são o apoio direto aos alunos e às famílias, em especial às mais carenciadas, como sejam a abertura das cantinas nos períodos não letivos, o serviço da fruta escolar, o serviço do ATL, a componente de apoio à família, prolongamento do horário, rede de transporte escolares e neste capítulo devo salientar que há sempre pequenos ajustamentos a fazer nos primeiros dias de aulas, de acordo com os novos horários das escolas e os interesses dos alunos para se minorar o tempo de espera e de deslocação para as suas casas; serviço de refeições escolares; ação social escolar e distribuição no início de cada ano letivo de um conjunto de material escolar essencial a todos os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo. Implementamos pela primeira vez o apoio social a todas as famílias atribuindo gratuitamente a todos os alunos que frequentam o 1.º ciclo os manuais e fichas escolares, no caso do primeiro

ano atribuímos apenas os manuais de fichas porque o Governo atribuiu os restantes manuais. Neste caso, a medida teve também alcance junto das catorze livrarias do município, que formaram a rede de comércio local onde os alunos trocaram os seus vouchers pelos manuais e livros de fichas. Esta medida visa também apoiar o comércio local. Programadas estão também várias visitas de estudo, bem como o apoio a vários projetos de relevância de que é exemplo o projeto de educação rodoviária que terá lugar no nosso município entre os dias 10 e 15 de outubro próximo. É um projeto da Fundação Maphre, que contempla este ano apenas seis municípios, sendo um deles o de Oliveira de Azeméis. Reforçam também o núcleo de pessoal não docente distribuídos pelos cinco agrupamentos o total de vinte e sete novos assistentes operacionais. Para além do V Encontro de Educação e da Formação dirigida a professores que nesse dia teve lugar, serão desenvolvidas outras ações dirigidas ao pessoal docente e não docente deste ano. Queria deixar alguns números que nos podem também permitir alguma reflexão. Iniciado o ano letivo, na escolaridade obrigatória e pré-escolar 7545 alunos em todos os ciclos de escolaridade, ou seja, menos 77 alunos do ano que no ano letivo anterior. Constituíram-se 366 turmas e apesar de haver diminuição de alunos temos mais uma turma do que no ano letivo anterior, o que significa que baixou o número de alunos por turma. Na ação social escolar, temos cerca de 33% dos alunos com apoio. Uma outra nota, quando nós falamos muitas vezes da fuga dos nossos alunos para outros municípios, dizer-vos que nós temos 566 alunos que vêm de fora do município. E, neste capítulo, em relação ao ano anterior temos mais 39 alunos que vêm de outros municípios. O município que nos fornece mais alunos é Santa Maria da Feira, seguido de S. João da Madeira e Albergaria-a-Velha. O início deste ano letivo está a decorrer com normalidade e tranquilidade. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Uma pequena nota sobre a assinatura do acordo com a tutela para a requalificação do nosso parque escolar. Mais uma vez dizer que este foi um péssimo negócio para o município, porque muitos municípios que não assinaram, que não aderiram ao Programa Aproximar a Educação, têm verbas para requalificar o seu parque escolar. E é um mau negócio, porque no acordo o que estava previsto era que a tutela requalificasse as escolas sem qualquer esforço financeiro para a autarquia e sem que esse investimento feito por parte da tutela limitasse a cota que tínhamos direito de fundos comunitários para a intervenção do nosso parque escolar. Não foi isso que aconteceu, essa verba foi totalmente consumida nestas duas requalificações que ainda por cima ficam aquém daquilo que é necessário. Vamos investir um milhão e meio de euros em Fajões e precisamos de quatro milhões de euros para requalificar a EBS de Fajões. É importante referir que não lucramos rigorosamente nada com isso, porque estamos a receber as verbas que deveríamos ter negociado para investir no nosso parque escolar e, por outro lado, ainda temos de fazer um esforço a medias com Dgeste para aquilo que é a comparticipação nacional desta requalificação. O que nós defendemos é que a autarquia deveria receber estes três milhões de euros do Orçamento de Estado e deveria receber outro tanto para investir no seu parque escolar, à semelhança do que aconteceu noutros municípios. Dar uma nota em relação ao I

Encontro de Bandas no nosso concelho, como aqui já foi dito é uma proposta do Partido Socialista de 2010 e convém lembrar na altura aquilo que foi dito e vocês disseram que era muito difícil a promoção deste evento, porque as bandas estavam de costas voltadas umas para as outras. Era uma proposta em que seria muito difícil a sua concretização. Está aí a sua concretização, é louvável, é um ato marcante e histórico para a família filarmónica do nosso concelho e, portanto, é com muito regozijo, com muita satisfação que vemos concretizar-se esta iniciativa. Mais uma nota que é importante aqui referir, a homenagem que foi feita à Dona Maria Adília Alegria, uma homenagem que peca por tardia, conforme foi dito pelo autor da proposta para a homenagem, o Dr. Jorge Oliveira e Silva, mas é efetivamente o reconhecimento público merecido, porque se trata de uma grande Senhora, de uma figura marcante da história oliveirense. Uma outra questão, tem a ver com o redesenho da saúde na nossa região. Nós estamos a dar passos significativos para a constituição de uma ULS na nossa região, a maior ULS do país, e Senhor Presidente isto significa uma alteração substancial da gestão e até da intervenção da saúde na nossa região ao nível dos cuidados primários e dos cuidados hospitalares. Isto implica também alterações naquilo que é a gestão atual do nosso modelo de organização dos centros de saúde. Gostaria de saber de que forma a autarquia está a acompanhar este processo, porque é um processo extremamente importante para a comunidade oliveirense. Uma nota para a necessidade de intervenção nos passeios no Bairro em Lações, que estão muito danificados por causa das árvores. Pedia-lhe que visse o que é que se pode fazer no sentido de minimizar esse problema. Também alertar para um problema recorrente, que exige um investimento, que não é um investimento insuportável para a autarquia, que é fazer os passeios na Rua Dr. Silva Lima, que é a rua que serve a Escola Secundária Ferreira de Castro. Eu lembro-me que nós já falamos sobre isto, não sei quantas vezes, durante não sei quantos anos, estava a pronto para avançar com a requalificação do Bairro de Lações, mas o que é um facto é que ano após ano não avança. Devemos olhar para este assunto com toda a seriedade e responsabilidade. Uma outra nota, tem a ver com esta alteração na postura de trânsito, com esta nova postura de trânsito. Julgo que isso foi feito, mas é uma observação, que as forças de segurança mantenham durante algum tempo o trabalho pedagógico que estão a fazer para que isto se consolide um pouco mais com as pessoas e que evitemos este tipo de situações, como aqui foi referido pela Ana de Jesus e que aconteceu também na própria Rua Dr. Salvador Machado, durante o dia as pessoas eram confrontadas com uma aproximação de estrada com prioridade e ao fim do dia desapareceu a placa e deixou de haver aproximação de estrada com prioridade. Estas coisas devem ser totalmente evitáveis, porque criam enorme confusão nas pessoas, devemos fazer estas coisas com o devido planeamento, com o devido recato para evitar este tipo de coisas. Em relação à Rua Tomás Costa, rua que passa ao lado do Arquivo Municipal, eu não sei se aquele sentido de trânsito faz sentido, eu gostaria que depois os serviços refletissem sobre isso. Porquê? Porque é muito difícil com esse sentido entrar na Rua do Calvário, porque tem uma pendente enorme e é extremamente complexo uma viatura conseguir fazer aquele sentido e entrar na via naquele sentido. Não sei até que ponto deveria o sentido ser o inverso, mas é uma

questão dos serviços avaliarem isso e perceber se esta sugestão faz ou não faz sentido. Uma outra situação, tem a ver com um caminho em Pindelo, já falado em reunião de Câmara, que era passar do domínio privado para domínio público, esse ponto foi retirado, nunca mais cá voltou e gostaríamos de perceber o que é que se passou. Senhor Presidente, mais uma situação, de uma via para a qual pedia a sua atenção, é uma via que está em muito mau estado, é a Rua do Carvalhal, em Macinhata da Seixa. Perguntar se já temos as contas do Europeu de Hóquei em Patins e da Volta a Portugal em Bicicleta, continuamos a aguardar que nos faculte essa informação. Uma outra nota, Senhor Presidente, temos dúvidas sobre a qualidade de intervenção da empresa Rede Ambiente. Questiono que tipo de monitorização/ fiscalização é feito ao trabalho realizado por esta empresa. Eu já alertei para o facto de que esta empresa tendo um conjunto de ruas perfeitamente calendarizadas, sabendo exatamente as ruas em que tem que intervir mês a mês, não o fez e, portanto, nós pagamos sem que esta empresa realize o serviço. Gostaria de saber quanto é que pagamos a essa empresa para a realização deste serviço e que nos dissesse de que forma a Câmara fiscaliza a sua atividade, porque efetivamente a qualidade do serviço que presta é nestes casos muito má. Uma outra situação, tem a ver com o estacionamento subterrâneo. Já falamos sobre esta situação, perceber se já há novos desenvolvimentos, perceber se já há uma solução à vista para termos aquele parque disponível para a comunidade. É um parque extremamente importante quando se realizam eventos de alguma dimensão, portanto facilita imenso o estacionamento na zona. Relativamente ao Azeméis Gran Plaz, perguntar se já temos mais desenvolvimentos. Temos de encontrar uma solução definitiva para este problema, não podemos continuar a adiá-lo, a arrastá-lo, a eternizá-lo. Temos de pôr um ponto final nisto e recebermos o dinheiro a que temos direito. Está na altura de exigirmos ao investidor que nos diga o que pretende fazer e se não houver por parte deste nenhum tipo de respostas tomarmos as devidas ações. Perguntar também se em relação à questão que eu coloquei sobre os transportes do JI de Vermoim, se já tem alguma resposta para nos dar e saber se já alguma informação sobre aquela casa que está em tijolo e onde vivem crianças. O Senhor Presidente ficou de nos dizer alguma coisa sobre o dossier do alcatrão, a compra de massa asfáltica a frio. A última questão, neste momento na Rua Costa Pinheiro, tem um conjunto de prédios que se vêm da variante, está a ser construída uma adutora de saneamento. Neste momento a solução que temos é uma caixa de receção de águas residuais que manda os esgotos para o meio do mato. Seria importante que toda aquela zona, não só a zona do Outeiro, fosse ligada a essa caixa e teríamos aí o problema resolvido. Em termos de sugestão a apresentar à Indaqua não estamos a falar de nenhum investimento substancial, estaremos a falar de ligar duas caixas que existem e seria muito importante que se acautelasse essa necessidade e que a Indaqua fosse sensibilizada para proceder à realização dessas obras. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Senhor Presidente, manifestar a minha satisfação pela inauguração do Welcome Center no Porto, ou seja, é a grande porta de entrada do Turismo da Região Norte. Oliveira de Azeméis, na inauguração esteve bem representada, com vários produtos de referência da nossa cidade e

do nosso concelho. Numa fase de rescaldo da época balnear, dizer-vos que o balanço deste ano relativamente à nossa piscina de La-Salette é sobejamente positivo. Tivemos cerca de 20000 entradas durante o período de dois meses e meio, o que é sobejamente positivo, tivemos uma receita bastante razoável, mais de trinta mil euros, sendo que tivemos cinco mil euros de isenção às nossas IPSS, às nossas entidades cooperativas. Aquele espaço vai continuar a ser remodelado, atualizado e adaptado a novas valências. É notório a procura daquele espaço mesmo por residentes de outros concelhos, o que demonstra que aquele espaço é um espaço com uma particularidade única na região. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Dizer que não poderei estar na receção ao Abílio, no justo reconhecimento do contributo que deu à equipa portuguesa de Boccia. Referir que é uma satisfação pessoal e de todos nós ter um oliveirense com estas potencialidades. A aposta foi bem encaminhada, as dúvidas que existiam ainda bem que foram dissipadas e o investimento que fizemos pode e deve ser melhorado porque temos potencial. Segundo aspeto, Senhor Presidente, o portal do município tem tido problemas de acesso. Não há nenhuma informação acerca desta situação. Sobre a questão da educação, é muito importante fazermos uma análise objetiva sobre o Programa Aproximar a Educação. Acho que é muito importante fazermos essa análise objetiva, os números são importantes, obviamente que é importante que nós tenhamos atração, era o que faltava que Oliveira de Azeméis não tivesse atração sobre utentes dos municípios vizinhos. Oliveira de Azeméis sempre foi e deixou de o ser de alguma maneira, um polo de atração de um conjunto de outros residentes e nossos alunos que se encaminham para os outros municípios. Seria interessante saber quantos oliveirenses é que estão fora do nosso município. É importante criamos condições para sermos melhores. Senhor Presidente, Oliveira de Azeméis tem condições excecionais e tem que melhorar a sua prestação, que tem sido má em alguns aspetos e esta questão da recuperação das escolas é evidente que é um passo importante e é bom, é um passo e um registo que se deixa. As escolas foram requalificadas, estão todos de parabéns, os pais que têm feito essa luta permanente para que as escolas tenham boas condições. Há uma coisa, Senhor Presidente, que eu gostaria que amanhã dissesse ao Senhor Ministro da Educação, é que nós temos em Oliveira de Azeméis um agrupamento que tem necessidade rápida de um centro escolar, que é o Centro Escolar de Lações e que tem o projeto aprovado. Independentemente das melhorias que foram feitas na Escola do Outeiro, que são importantes, eu acho que era importante este passo, porque a escola secundária, a sede, se tiver um centro escolar com a possibilidade já de ter jardim-de-infância seria muito importante. Finalmente, gostaria que o Senhor Presidente dissesse o que é que foi feito nas Margens do Caima. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: A Senhora Vereadora Ana de Jesus falou na questão da requalificação do mercado municipal, já foram executadas as obras da 1.ª fase, está prevista agora a 2.ª fase para resolver o problema onde estão alguns comerciantes sem a cobertura, aquela pretensão dos mesmos há muitos anos, estamos já prontos para resolver esse problema e minimizar o impacto negativo quando as condições atmosféricas são adversas. Temos também a estratégia de preencher as lojas,

conforme já tivemos oportunidade de ver: a loja solidária do Núcleo da Cruz Vermelha de Cucujães, temos também a da Cerciaz prevista. A questão do Café Arcádia, nós já falamos diversas vezes com o arrendatário e de alguma forma temos vindo a exercer pressão junto do mesmo para que efetivamente possa ter uma solução diferente daquela que tem hoje. É uma solução que não nos agrada, como sabem no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável a requalificação daquele edifício está em cima da mesa e, portanto, é isso que estamos a trabalhar para resolver esse problema. Quanto à questão do Largo da Igreja de Cucujães, dizer que nada será decidido sem ser articulado com a Junta de Freguesia e ao mesmo tempo articular com a Vereação da Câmara Municipal em reunião do executivo. Foi feita uma auscultação, recebemos um conjunto significativo de propostas, sugestões, inclusive trabalhamos com as autoridades, a GNR, nessa matéria. Logo que haja algum avanço nessa matéria virá à Câmara Municipal e será trabalhado com a Junta de Freguesia. Quanto à questão dos sinais, agradeço o alerta, nós temos vindo a fazer pequeníssimos ajustamentos de colocação de sinais, a alteração da postura de trânsito e da sua sinalização levou à colocação de centenas de sinais na cidade. Tivemos alguns problemas durante a colocação de sinais, há pequenas correções a fazer, já iniciamos essas alterações. Quanto ao encontro de Bandas, registar que estava muita gente, é verdade que estavam mais de duas mil pessoas. Quanto há intervenção do Vereador Isidro Figueiredo, que falou na questão da educação e já respondendo ao Vereador Joaquim Jorge que disse que foi “um péssimo negócio para o município”, dizer que na sexta-feira de manhã realizou-se o III Conselho de Concertação Territorial e este assunto foi discutido durante horas, a questão dos municípios entrarem na contrapartida nacional. O Senhor Primeiro-Ministro António Costa foi perentório, dizendo que não há nenhuma chantagem, mas o que é certo é que amanhã os municípios que não aceitaram integrar a contrapartida nacional não assinam. E amanhã a cerimónia que vai ser feita não tem nada a ver com o Programa Aproximar a Educação, tem a ver com o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial. O Programa Aproximar a Educação é um sistema diferente onde os 15 municípios têm que trabalhar com o Ministério da Educação. O que está aqui em causa e dito pelo Senhor Primeiro-Ministro, foi que o esforço dos municípios em 7,5% na contrapartida nacional permitiu fazer intervenções em mais escolas. Foi uma opção e o Senhor Primeiro-Ministro assume-a. O Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios lamentou esta situação em nome de todos os municípios portugueses. Há Câmaras Municipais que amanhã não vão assinar, porque não aceitam dar os 7,5% de contrapartida nacional e a Dgeste e o Senhor Ministro da Educação dizem que se não aceitam, não assinam, ficam para trás. Oliveira de Azeméis não quer ficar para trás, nós temos condições financeira para acompanhar este esforço, não é nossa responsabilidade, nós sabemos, mas não digam que é uma mau negócio. Porquê? Porque senão perdemos a oportunidade de requalificar estas escolas. Senhor Vereador, não houve nenhum almoço oficial do encontro de bandas, houve um almoço que foi proporcionado pela Câmara Municipal aos músicos. Eu não fui ao almoço, nem sequer recebi convite para ir ao almoço. O almoço foi na Escola Secundária Soares de Basto. Quanto à questão da Rua do

Carvalho, vai ser intervencionada durante o mês de outubro. Quanto à homenagem da Dona Maria Adília Alegria, naturalmente que foi um momento importante, conforme foi dito pela família, é uma situação que já devia ter acontecido há muito tempo. Permitam-me que enalteça aqui a iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que falou bastantes vezes nesta situação e que foi também uma oportunidade e o reencontro de muitas pessoas que já não vinham a Oliveira de Azeméis, que viveram cá muito da sua juventude e que gostaram de regressar a Oliveira de Azeméis e também naturalmente que gostaram do espaço onde foi feita esta homenagem, onde ficou perpetuado o nome da Senhora Dona Maria Adília Alegria. Já agora respondendo a uma das múltiplas questões que o Senhor Vereador Joaquim Jorge colocou, o parque de estacionamento subterrâneo já esteve aberto nesse dia e nós esperamos abrir o parque de estacionamento em outubro. O que atrasou foi a prestação de serviços que tivemos que fazer com a pessoa responsável pelo parque e que é a mesma pessoa que estava a trabalhar para a Costa Parques que aceitou uma prestação de serviços com a Câmara Municipal e que conhece o funcionamento do parque. Quanto à questão da ULS, é um assunto importante, estruturante, é uma medida do Governo. Estamos a falar da gestão da saúde da nossa região ser feita por uma única unidade, que neste momento não acontece. Eu tive uma primeira reunião na ARS do Norte, tivemos o prazer de ter presente o Senhor Secretário de Estado da Saúde, onde nos foi dada a conhecer essa intenção e temos vindo a trabalhar com o Senhor Diretor do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga e com a própria ARS a acompanhar e a monitorizar o assunto. Ainda a semana passada tivemos uma reunião turbulenta porque havia a necessidade de um ajustamento, até foi aberto um concurso público para médicos para o Hospital de Oliveira de Azeméis, porque uma médica que estava afeta ao nosso hospital pediu transferência para outra unidade hospitalar. O Governo quer centralizar a gestão e quer aproximar os cuidados de saúde primários. Senhor Vereador, os passeios em Lações e a intervenção na Rua Silva Lima, nós já estivemos lá com o Presidente da Junta e com a Comissão de Moradores do Bairro de Lações, a intervenção está prevista, vai ser feita, não foi ainda feita porque há pequenos ajustamentos a fazer, mas reconhecemos a necessidade de fazer essa mesma intervenção. Tomei boa nota em relação à Rua Tomás Costa, vou mandar os serviços analisar. Quanto ao caminho em Pindelo, vou ver o que é que se passa. Quanto ao relatório das contas do Europeu de Hóquei em Patins e da Volta a Portugal em Bicicleta, dizer que já solicitei os relatórios. Quanto à questão da Rede Ambiente, tomei boa nota e deixe-me dizer que neste município não há serviço que seja mais fiscalizado pelos municípios como este: falta de limpeza, contentores partidos, alteração da localização dos contentores, etc.. O que nós queremos é o serviço bem feito. Quanto ao Gran Plaza, ainda não há nenhuma evolução. O Senhor Vereador Isidro Figueiredo já falou com o Presidente da Junta de Freguesia de Ossela a solicitar que fosse feito um ajustamento ao transporte dos alunos do JI de Vermoim, um alargamento do horário. Ainda não tenho nenhuma resposta quanto à casa do tijolo, assim que tiver informação darei conhecimento. Em relação à Rua Costa Pinheiro, em S. Tiago de Ribai, o trabalho que está a ser feito é para fazer o saneamento. A caixa que está lá foi feita pela

Junta de Freguesia. O que é importante é resolver o problema. Dar nota de que é verdade que o nosso site tem estado em branco, por uma razão muito simples: todos os sites públicos e privados que estão associados a uma empresa foram objeto de um ataque e foram todos abaixo. A indicação que eu tenho é que até ao final do dia de hoje fica tudo em ordem. O Vereador Manuel Alberto pediu para eu falar ao Senhor Ministro da Educação da necessidade de construção de um novo centro escolar, já agora dizer-lhe que o Senhor Ministro da Educação tem no gabinete dele um convite para visitar Oliveira de Azeméis, onde naturalmente queremos abordar essa e outras questões. Relativamente às Margens do Caima, ainda não tenho mais informações. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO (I/61707/2016):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a informação do assistente técnico Humberto Graça, que tem por objetivo o reordenamento do território, nos termos do artigo 23.º, n.º 2 alínea n) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho a aprovação da desafetação do domínio público, da parcela identificadas na informação anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, devendo a mesma ser remetida para a Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º n.º 1 alínea h) do mesmo diploma.” O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Nós fomos ao terreno e recolhemos todas as informações técnicas. Dizer que nós chegamos à conclusão que aquela via e aquela intervenção que vem na sequência desta desafetação do domínio é interessante para o Município de Oliveira de Azeméis. Vai criar uma nova acessibilidade ao centro da cidade para quem vem de Madail, S. Martinho da Gândara, Cucujães e Ovar e criar também uma nova acessibilidade à zona industrial, porque chegando diretamente à rotunda do Carpan pode-se chegar à zona industrial de um modo muito mais rápido e muito mais seguro. Trabalhamos esta proposta em conjunto com a Junta de Freguesia, é uma pretensão muito antiga da Junta de Freguesia, que tem vindo a reclamar da necessidade desta intervenção. Os privados querem doar o terreno à entidade pública e querem ficar, sem terem manifestado nenhuma intenção de construir, com alguma possibilidade de construção que não impede a requalificação, nem a construção desta via. Fomos ao local e os técnicos disseram que a construção da via é feita com aterro controlado, que não é uma via de construção difícil e os valores que os Senhores Vereadores aventaram na última reunião de Câmara não tem qualquer proximidade com o valor da intervenção que vem dar nobreza àquele espaço e requalificar uma nova entrada da cidade, resolvendo um estrangulamento que ali existe há muitos anos e também aproveitando as vias que já estão feitas para melhorar a acessibilidade à zona industrial de Oliveira de Azeméis. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador

Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, o diagnóstico que aqui fez em relação à necessidade da via está feito, concordamos em absoluto com ele. Aliás propusemos no passado que fosse feito, também apresentamos essa proposta, já tem vários anos e, portanto, esta nova acessibilidade é importante. O que tínhamos acordado era irmos ao local e percebermos no local a implementação da via e de que forma é que podíamos aferir da complexidade da sua construção. Chegamos a dizer que sim, que se efetivamente ela fosse na parte mais desnivelada do terreno, estaríamos a falar de vários metros de diferença de cota da parte da cima para a esse terreno e, portanto, poderíamos ser obrigados a fazer uma obra de arte que seria extremamente dispendiosa. Portanto, perceber exatamente onde é que a via estava prevista, era esse o desafio de irmos ao local, o senhor entendeu não aceitar esse pedido, resolveu deslocar-se ao local sem a nossa presença e já tem decidido aquilo que é para fazer. Neste momento temos uma via pública lá e o privado, vou corrigi-lo, não pretende doar, pretende permutar, pretende ficar com uma parcela que é do domínio público e trocar por uma parcela que é sua, que é do domínio privado, embora a parcela do domínio privado seja francamente superior em termos de área à do domínio público. Isso não significa que seja um bom negócio, aliás temos bons exemplos desses em Oliveira de Azeméis. Dizer o seguinte: aquilo que nos deixaria confortável para uma tomada de decisão era que nós em vez de sermos confrontados com um estudo único, que inclusive apresenta aqui de forma estranha um suposto licenciamento de loteamento, ou pelo menos uma previsão daquilo que são as intenções do município, não quero querer que a autoria seja da Câmara Municipal, ou seja, que a Câmara Municipal tenha decidido por si implementar um conjunto de moradias a confrontar com a via pública, inclusive três moradias em espaço verde, em espaço salvaguardado no nosso Plano Diretor Municipal. Para além disso, aquilo que seria razoável era que nós tivéssemos um estudo alternativo a este que permitisse o aproveitamento da via existente, naturalmente o seu alargamento como é óbvio, e a estimativa de custos para ambas as soluções. É assim que se defende o interesse, é assim que nós estamos habilitados a tomar boas decisões. O que faria sentido é que nos fosse apresentado este projeto, com estimativa de custos e que viesse uma justificação técnica. Só assim é que os Vereadores votariam em consciência, sempre dentro do espírito que os move, que é a defesa do interesse público, tomar uma decisão. O Senhor Presidente esclareceu: Dizer-lhe que os técnicos quando apresentaram esta solução, a União de Freguesias já há algum tempo tinha estudado esse projeto, aliás tem isso devidamente orçamentado, não nesta solução que é agora apresentada, mas outra solução, mas as informações técnicas que me foram dadas é que inclusivamente a requalificação ou a utilização aquele caminho que lá está não faz sentido, até porque há dificuldades de colocar redes de saneamento, águas pluviais, águas residuais, pela sua rochiosidade. A estimativa prevista é de €250.000,00. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Vou recordar o que é que disse sobre isto. Quando eu vi esta planta, eu olhei para a nova implantação da via e disse “isto faz todo o sentido” e num primeiro momento a nossa votação não tinha dúvidas, ia muito mais a direito. Olhando para a planta de imediato e só nos

concentrando na via foi esta a posição. O que nos fez pensar? Foi ir ao local e ver o espaço. Mas houve mais, porque esta planta não vem numa proposta de reunião de Câmara da autoria do privado, esta planta é técnica, é feita pelos técnicos da Câmara Municipal. E o que é que eu vejo aqui? É que depois eu tenho que pensar que uma via é base da estrutura de um planeamento e o que é que nós já estamos a pensar para esse espaço. E o que é que vejo aqui? O privado de uma hora para a outra até está a ser um benemérito, deu mais, está a receber menos, admitindo que é tudo domínio público, portanto sai de um lado e entra no outro, mas não é por acaso que já aparecem aqueles três lotes em zona verde. Não é por acaso, há uma expectativa para aqueles lotes e eu não posso concordar com isso. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Silva, Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, que fez a seguinte intervenção: Julgo que os esclarecimentos que o Senhor Presidente prestou foram elucidativos relativamente a esta matéria. Pelos vistos continuam a existir dúvidas, existe aqui uma tentativa clara de dar uma dimensão a esta obra que não é de facto a dimensão que tem, mas é de facto de muita importância. É uma via pública essencial para a freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, para todas as freguesias vizinhas e para o concelho de Oliveira de Azeméis. Queria que fosse claro que a Junta de Freguesia já reivindica esta obra há sete anos e daí a insistência para a sua concretização. Esclarecer também que não é o privado que pretende permutar, fomos nós que abordamos o privado para fazer esta permuta, porque achamos que efetivamente a fazer-se a rua no caminho existente não haveria condições aos mais variados níveis. Primeiro, não ficaria uma rua com uma definição de continuidade à rua pré-existente; segundo, porque ia desaguar à Rua Dr. Alfredo Ferreira da Silva e iria pôr em perigo a segurança de todas as pessoas que transitam nessa rua. Dizer também que tenho comigo um abaixo-assinado que me foi entregue há vários anos, de utentes da Rua Dr. Alfredo Ferreira da Silva, não só de moradores de Figueiredo, mas também de S. Martinho da Gândara, Madail, Cucujães, Loureiro e S. Vicente Pereira. É importante clarificar algumas coisas. Em primeiro lugar, a Rua Manuel Joaquim Costa Pereira, a rua que está aqui em discussão, é um caminho em terra batida, em muito mau estado e que apenas serve uma única moradia. Este caminho é estreito, tem um topónimo que foi atribuído há muitos anos, sendo há muitos anos entretanto as coisas mudaram, foi feita a nova via, o que significa que temos que nos adaptar à nova realidade e não faz sentido nenhum estarmos a usar um caminho que na altura era o único que existia. A fazer-se por este caminho, teria que ser sempre negociado com o seu proprietário o seu alargamento, assim como teria que ser comprada uma parcela de terreno que permitisse a ligação à rotunda. Ao concretizar-se esta hipótese estaríamos a executar uma avenida, a ser feita no caminho atual, em ziguezagues que seguramente envergonharia todos os moradores daquela rua e envergonharia todos os oliveirenses. Aliás, seria um atentado urbanístico. Fomos nós que estabelecemos contatos com os proprietários para a necessidade da construção da via, que nunca exigiram nenhuma contrapartida financeira por esta permuta. Ao fazer-se, achamos que deve ser feita uma ligação adequada, da rotunda para o lado da cidade, ou seja, mantendo a

largura da avenida e fazer-se a ligação de um alinhamento pré-existente dando a mesma largura à via que vem de trás e dando essa continuidade. As vantagens estão expressas no abaixo-assinado que os moradores me fizeram chegar, das inúmeras pessoas que subescreveram o abaixo-assinado, nas dezenas e centenas de pessoas que nos abordam para a necessidade desta ligação. Trata-se de uma ligação à cidade, trata-se de uma acessibilidade muito mais fácil à zona industrial e o trânsito intenso que hoje circula no lugar de Figueiredo passará a fluir nessa ligação. A execução deste loteamento, que está aqui neste momento em discussão, não está nos planos do privado, foi um projeto de um técnico da Câmara Municipal que pretendeu dar mais nobreza ao espaço, não é nada vinculativo, é apenas um estudo. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: O Senhor numa conversa que tivemos apontou o valor de € 100.000,00 para a execução da obra e o Senhor Presidente acabou por mais do que duplicar esse valor. O Senhor Presidente da União de Freguesia apresentou um conjunto de considerações que eu respeito em absoluto, corresponde à sua vontade, à vontade das populações que representa, eu tenho que respeitar naturalmente esta sua intenção, que entendo como legítima e salutar. Agora, o Senhor Presidente de Junta extravasa as suas funções quando procura defender tecnicamente a solução. Não deve fazê-lo porque a defesa técnica da solução compete à Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal tem competência para o fazer. Senhor Presidente, para se tomar uma boa decisão em relação a esta matéria temos de, em primeiro lugar, ter a estimativa de custos desta obras e, em segundo lugar, ter uma estimativa de custos para uma solução alternativa. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR – MÉDICO VETERINÁRIO – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL (I/62376/2016):**

Pelo Senhor Presidente, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o posto de trabalho acima referido irá ficar vago, previsivelmente a curto prazo, com a aposentação do Médico Veterinário do Município; - Que o procedimento concursal pode revestir a modalidade para constituição de reservas de recrutamento, sempre que se destine à constituição de reservas de pessoal para satisfação de necessidades futuras da Autarquia; - O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares, conjugado com o Decreto-Lei n.º143/83 de 30 de março; - Que os encargos têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental, correspondente aos CFD n.ºs 777/2016 e 804/2016; - Quanto

ao procedimento a que alude o n.º1 do artigo 4º da Portaria n.º83-A/2009 de 22 de janeiro na sua atual redação, e em cumprimento do n.º1 do artigo 2º da Portaria n.º48/2014, de 26 de fevereiro e de acordo com a solução interpretativa homologada pelo Ex.mo Senhor Secretário de Estado da Administração Local e proferido despacho n.º2556/2014 – SEAP, conforme ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB, de 24.07.2014, que refere no ponto 5 do Anexo que: “... Assim, independentemente da criação e entrada em funcionamento das EGRA, as Autarquias Locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação. Nos termos do artigo 16º-A do Decreto-Lei n.º209/2009, as autarquias locais são entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento (E/21719/2014).”; - Não é possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis/habilitados para exercerem aquelas funções; - Para cumprimento do artigo 32º da LOE 2016 (Lei n.º7-A/2016, de 30 de março), foi verificado o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e cumprimento dos limites de endividamento e demais disposições sustentabilidade das finanças locais e conformidade com os artigos 40º e 58º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, artigo 9º e 10ºD da LEO e artigo 55º da LOE 2016. Proponho: Que a Câmara Municipal autorize a abertura de procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho de Técnico Superior – médico veterinário, para provimento de necessidade futura (que se venha a verificar no prazo máximo de 18 meses contado da data de homologação da lista de ordenação final, nos termos da alínea b) artigo 3º da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro na sua atual redação), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercício de funções no Serviço Médico Veterinário Municipal, nos termos do artigo 33º do anexo da lei n.º35/2014 de 20 de junho, Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de dezembro (posteriores alterações), conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro na sua atual redação e artigo 32º da Lei n.º7-A/2016, de 30 de março; Que no presente procedimento, tendo em conta os princípios da eficiência e da eficácia e prossecução do interesse público constitucionalmente assinalados à Administração Pública e ainda os princípios de racionalização e economia de custos que devem presidir à atividade municipal e prevendo-se desde já a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores/as com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, proceder-se-á ao recrutamento concomitante de candidatos/as que: 1º - se encontrem na situação a que se refere o n.º3 do artigo 30º e alínea d) do artigo 37º do anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho (candidatos/as detentores/as de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e candidatos/as colocados/as em situação de requalificação); 2º - se encontrem na situação a que se refere o n.º4 do artigo 30º do anexo da supra citada Lei (candidatos/as com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público), respeitando-se a ordem de prioridade no recrutamento legalmente prevista; Para os efeitos previstos no n.º1 do artigo 4º da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, não estão constituídas reservas de recrutamento nesta Autarquia para ocupação

*de idênticos postos de trabalho; No presente procedimento serão adotados os métodos de seleção obrigatórios legalmente fixados. Excecionalmente, se o número de candidatos/as for de tal modo elevado, igual ou superior a 100, tornando-se impraticável a utilização dos métodos de seleção legalmente previstos, será utilizado um único método de seleção obrigatório - prova de conhecimentos ou avaliação curricular. A composição do júri será a seguinte: Presidente: *Ándrea Susana Silva Pinho Ferreira, Técnica Superior; vogais efetivos: Médico veterinário a designar de uma Autarquia de um concelho limítrofe e Margarida Maria Estrela Figueiredo Velhas, Técnica Superior. Vogais suplentes: Alberto Filipe Rebelo Godinho, Técnico Superior e Ana Lúcia Tavares Matos Gomes, Técnica Superior.*” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL – JARDINEIRO – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL (I/62364/2016):

Pelo Senhor Presidente, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; - As necessidades previsionais de pessoal para 2016, manifestada pelo Núcleo de Competências de Gestão de Serviços Urbanos Ambientais da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente; - A aprovação do mapa de pessoal para 2016 em reunião do órgão executivo de 29 de outubro de 2015 e órgão deliberativo de 26 de novembro de 2015; - Que os encargos têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovadas para os novos recrutamentos em 2016, correspondente aos CFD n.ºs 777/2016 e 804/2016; - Quanto ao procedimento a que alude o n.º1 do artigo 4º da Portaria n.º83-A/2009 de 22 de janeiro na sua atual redação, e em cumprimento do n.º1 do artigo 2º da Portaria n.º48/2014, de 26 de fevereiro e de acordo com a solução interpretativa homologada pelo Ex.mo Senhor Secretário de Estado da Administração Local e proferido despacho n.º2556/2014 – SEAP, conforme ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB, de 24.07.2014, que refere no ponto 5 do Anexo que: “... Assim, independentemente da criação e entrada em funcionamento das EGRA, as Autarquias Locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação. Nos termos do artigo 16º-A do Decreto-Lei n.º209/2009, as autarquias locais são entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento (E/21719/2014).”; - Não é possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; - Para cumprimento do artigo 32º da LOE 2016 (Lei n.º7-A/2016, de 30 de março), foi verificado o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e cumprimento dos limites de endividamento e demais disposições sustentabilidade das finanças locais e conformidade com os

artigos 40º e 58º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, artigo 9º e 10ºD da LEO e artigo 55º da LOE 2016. Proponho: Que a Câmara Municipal autorize a abertura de procedimento concursal comum, por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho de assistente operacional (jardineiro), nos termos do artigo 33º do anexo da lei n.º35/2014 de 20 de junho, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de dezembro (posteriores alterações), conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro na sua atual redação e artigo 32º da Lei n.º7-A/2016, de 30 de março, com vista ao desempenho as atribuições/competências/atividades previstas no Mapa de Pessoal aprovado para o corrente ano; Que no presente procedimento, tendo em conta a urgência na contratação, os princípios da eficiência e da eficácia e prossecução do interesse público constitucionalmente assinalados à Administração Pública e ainda os princípios de racionalização e economia de custos que devem presidir à atividade municipal e prevendo-se desde já a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores/as com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, proceder-se-á ao recrutamento concomitante de candidatos/as que: 1º - se encontrem na situação a que se refere o n.º3 do artigo 30º e alínea d) do artigo 37º do anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de junho (candidatos/as detentores/as de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e candidatos/as colocados/as em situação de requalificação); 2º - se encontrem na situação a que se refere o n.º4 do artigo 30º do anexo da supra citada Lei (candidatos/as com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público), respeitando-se a ordem de prioridade no recrutamento legalmente prevista; Para os efeitos previstos no n.º1 do artigo 4º da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, não estão constituídas reservas de recrutamento nesta Autarquia para ocupação de idênticos postos de trabalho; No presente procedimento serão adotados os métodos de seleção obrigatórios legalmente fixados. Excepcionalmente, se o número de candidatos/as for de tal modo elevado, igual ou superior a 100, tornando-se impraticável a utilização dos métodos de seleção legalmente previstos, será utilizado um único método de seleção obrigatório - prova de conhecimentos ou avaliação curricular. A composição do júri será a seguinte: Presidente: Mário Jorge Almeida Sousa, Técnico Superior; vogais efetivos: José Maria Moreira Silva, Encarregado Operacional e Maria Júlia Martins Silva Coelho, Coordenadora Técnica. Vogais suplentes: Carla Donzília Lima Godinho, Técnica Superior e Ana Lúcia Tavares Matos Gomes, Técnica Superior.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== EDUCAÇÃO =====

===== PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (I/61925/2016): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando e reconhecendo: - As atribuições dos Municípios em matéria de Tempos Livres e Desporto, - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais sã e saudável; - A importância da implementação do espírito e tradição académica no município; - A importância que a “Queima das Fitas”, o “Rapagão - Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”, o “Pik’Aqui” – Festival de Tunas Feminino da K’Rica Tuna”, bem como outros eventos, assumem na camada jovem; - A possibilidade de envolver a comunidade numa festa académica; Ao abrigo da alínea u) n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos e condições ali estabelecidas, - Se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos; Os encargos resultantes da presente proposta serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 1020/2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho e posteriores alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **ASSOCIAÇÃO PARCELAS DE SORRISOS – CEDÊNCIA DO CINETEATRO CARACAS (I/61683/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: *“Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Associação Parcela de Sorrisos, com vista à realização de um espetáculo de Variedades, 12 de novembro de 2016, às 20h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Associação*

Parcela de Sorrisos, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== REGULAMENTO DO CONCURSO DE POESIA AGOSTINHO GOMES - APROVAÇÃO (I/61338/2016): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Em 24 de março de 2016 foi iniciado o procedimento de alteração ao “Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes”, tendo esse início sido oportunamente publicitado por edital no Boletim Municipal Digital; 2) Não houve constituição de interessados/as nem quaisquer contributos relevantes ao projeto de regulamento apresentado; 3) As alterações contempladas visam beneficiar os/as concorrentes do Concurso de Poesia Agostinho Gomes, nomeadamente: a) Reduzindo o número de trabalhos a serem enviados a concurso, de forma a permitir uma avaliação mais ponderada e eficiente por parte do júri, considerando-se o aumento de concorrentes e trabalhos ao longo das edições; b) Criando um novo procedimento para o envio dos prémios atribuídos aos/às vencedores/as, de forma a evitar quaisquer constrangimentos ou atrasos; 4) Se optou pela não realização da audiência dos/as interessados/as (art.º 100.º do CPA), tendo em conta que: a) As alterações não são consideradas substanciais; b) Os/As eventuais interessados/as poderiam ter-se pronunciado após publicação em Edital no início do procedimento; 5) Tendo em conta que a audiência dos/as interessados/as foi dispensada nos termos e para os efeitos do art.º 100.º n.º 3 alíneas a) e d) do CPA, não se procedeu à discussão pública (art.º 101.º do CPA); 6) Compete à câmara municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 7) Compete à assembleia municipal, sob proposta da camara, aprovar e as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1) A aprovação do “Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes” nos termos e para os efeitos do art.º 33.º n.º 1, alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2) A remessa do mesmo para aprovação pela assembleia municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, devendo esta aprovação ser condicionada à inclusão do anexo I e II do regulamento. 3) Após aprovação da assembleia a remessa do regulamento para publicação em Diário da Republica, nos termos e para os efeitos do art.º 139.º do CPA.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE PÃO DE UL – APPUL (I/62346/2016):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A missão, objeto e atividades desenvolvidas pela Associação de Produtores de Pão de Ul (APPUL), que tem contribuído para implementar o desenvolvimento local, numa vertente social, cultural, artesanal e etnográfica, nomeadamente através da preservação do saber fazer dos produtos gastronómicos identificadores do município de Oliveira de Azeméis; - O teor do ofício enviado pela APPUL, pelo qual solicita apoio à qualificação do Pão, Regueifa e Canoco de Ul, assim como a promoção destes produtos; - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores retificações; - A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais devem, entre outros, respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a APPUL - Associação de Produtores de Pão de Ul, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea o), n.º 1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do protocolo de colaboração estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3941/2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **BANDA MUSICAL DE SÃO MARTINHO DE FAJÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/62252/2016):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio de Património, Cultura e Promoção do Desenvolvimento, alíneas e) d) e m) n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - O teor do ofício da “E/27492/2016”, no qual solicita apoio financeiro para aquisição de ar condicionado da Casa de Ensaio; - O teor e a documentação enviada pelo ofício E/19568/2016, para apoio à formação musical, 2015/2016; - Os critérios constantes do despacho do Sr. Presidente de 10/09/2010, relativos à definição de atribuições no âmbito da formação musical; - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, apoio à formação sociocultural e de tempos livres; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos, proponho: A atribuição de um apoio financeiro à

Banda Musical de S. Martinho de Fajões, no montante de 7.300,00€ (sete mil e trezentos euros), sendo 4.920,00€ (quatro mil novecentos e vinte euros) para a dotar a Casa de Ensaio de equipamento de climatização quente e frio, e o valor de 2.380,00€ (dois mil trezentos e oitenta euros) para apoio à formação musical relativa ao ano letivo de 2015/2016, ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal, dando a conhecer determinadas marcas de identidade culturais do município; Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de setembro do ano corrente, sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 3942/2016, conforme Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho e suas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA POSTURA DE TRÂNSITO NA RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO (I/61551/2016):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - O histórico de congestionamento de trânsito na Rua Eng.º Arantes de Oliveira aquando da descarga de alunos na escola Secundária Soares Basto, derivado do trânsito na rua General Humberto Delgado ser no sentido Nascente – Poente; - Considerando que a rua Eng.º Arantes de Oliveira é uma das principais artérias da cidade que dá ligação a vários equipamentos e serve de entrada e saída do lado Sul da cidade, sendo que o congestionamento verificado, provoca conflitos e atrasos na livre circulação de trânsito; - Afigura-se mais conveniente fazer tal descarga de alunos, alterando o sentido da Rua General Humberto Delgado para Poente – Nascente com acesso pela Rua da Imprensa Oliveirense, visto esta ser mais perimetral, mais larga e facilita a maior fluidez do trânsito no núcleo central da cidade; e - O parecer favorável da GNR e dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, entidades que integram a Comissão Municipal de Trânsito. Proponho: a. A alteração da postura de trânsito na Rua General Humberto Delgado para o sentido Poente – Nascente. b. Os sinais a implementar serão os seguintes: Sinal de sentido único (H3) no início da rua; 3 Sinais de passagem de peões (H7) junto das passadeiras; Sinal de aproximação de travessia de crianças (I8); Sinal de trânsito proibido na entrada da rua Otão Luís; Sinal de paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos (B2), sinal de sentido proibido (C1) e sinal de sentido obrigatório (D1a) no final da rua. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise*

da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – AUTO N.º 15 TC (I/62337/2016):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 15 no valor de € 49.230,07 (quarenta e nove mil duzentos e trinta euros e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA. Considerando que o adiantamento anteriormente concedido ao empreiteiro deve ser gradualmente reembolsado, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais e tendo em conta o valor de € 49.230,07 a deduzir, resulta o saldo de € 0,00 (zero euros) a pagar ao empreiteiro. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE AZAGÃES – CARREGOSA” – RECEÇÃO DEFINITIVA (I/62350/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/61478/2016, proponho a aprovação dos Autos de “Vistoria para Receção Definitiva” e de “Receção Definitiva” da empreitada “Centro Escolar de Azagães - Carregosa” - Processo n.º 033/2004/DEM/GTC, e da consequente receção definitiva da obra no seu todo, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/5005/2016 (I/60185/2016) – ANA MARGARIDA SOARES DA SILVA PINHO – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE,** residente na Rua das Cerejeiras, n.º 70, Cavadas, freguesia de Ossela, deste concelho, requerer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico, sito em Mosteiro, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,151900 ha, a confrontar de norte com Caminho, de sul com Fernando Luís de Sousa Bastos, de nascente com Estrada e de poente com Caminho, inscrito na matriz predial rústica número 5185. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/4991/2016 – JOSÉ ANTÓNIO SILVA TORRALVO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO –**

PARQUE ABÍLIO CAMPOS (I/60471/2016): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 16/09/2016, que se transcreve: "Isenta-se o pagamento de taxas devidas pela ocupação do espaço público, uma vez que oferecem 2000 bilhetes para as crianças do concelho. Contudo, deverá este meu despacho ser objeto de ratificação na próxima reunião de Câmara."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/4697/2016 – ACÚSTICA MÉDICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/62164/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 26/09/2016, que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio auditivo, no dia 13 de setembro, das 9h às 18h, e com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de câmara."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===**REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**===

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor Leonel Valente Coelho, residente na Rua Clube Desportivo de Cucujães, freguesia de Cucujães, que fez a seguinte intervenção: Os terrenos foram limpos, à exceção de alguns da parte de trás da rua. Relativamente ao parque desportivo, o muro parece o muro de Berlim e agora fizeram uma lomba, a qual ainda não sinalizaram. Depois há um passeio que construíram e o passeio está quase em cima da estrada. Falar também no anfiteatro ao ar livre de Cucujães, onde estão investidos milhares de euros e não há aproveitamento nenhum. Junto às bombas da GALP, colocaram abaixo a antiga fábrica da cera abaixo e ainda não arranjam solução. A Rua do Mosteiro, continua com passeios por fazer e com remendos. A Câmara registou. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== *A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n°4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h25m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====